## Histórico da Escola de Florestas U. ₹. P. Relatório de Atividades 1960 - 1961

Viçosa, maio, 1961.

\* PAULO F. DE SOUZA

Histórico — Um dos primeiros, senão o primeiro trabalho sôbre o ensino da silvicultura, no país, foi publicado, presumivelmente, em 1929. Daí por diante a idéia se espalhou pelos quadrantes do nosso território e o assunto começou a empolgar a opinião pública e a ser focalizado com mais frequência e precisão.

Haja visto os trabalhos publicados na Revista do Serviço Público Federal, em 1939; Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Agronomia, em 1940; Chácaras e Quintais, em 1949, e pelo Ministério da Agricultura em 1954, e, depois, em 1958, um substancioso trabalho de 59 páginas, intitulado "Escola Nacional de Florestas, Necessidade de sua Criação".

Em certo trecho desta última publi- 4

cação, lê-se o seguinte:

1.º — A primeira escola de silvicultura foi fundada em 1811, na Alema-

- 2.° Presentemente, há mais de 100 escolas de silvicultura no mundo.
- 3.º Só os Estados Unidos contam com 41 destas instituições, nas quais já se formaram mais de 21.000 silvi-
- 4.° Os cursos, para a carreira profissional, são de 2 a 5 anos, conforme o grau de especialização e, por isso, são vários os diplomas conferidos, havendo até uma escola que fornece 11 diplomas.
- 5.º Há uma escola ministrando o ensino especializados de matérias relativas à conservação dos recursos na-
- São mencionadas as matérias que fazem parte do programa de ensino das principais escolas de silvicul-

tura.

7.º — Várias escolas de silvicultura já funcionam na América Latina, como em Cuba, no México, na Colômbia, na Venezuela, no Chile e na Argenti-

Na Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, realizada em Teresópolis, de 19 a 30 de abril de 1948, para considerar os problemas de silvicultura e dos produtos florestais, foram feita, além de outras, as seguintes considerações:

Pesquisas florestais — A Conferência verificou o estado atual satisfatório das pesquisas florestais, que já dispõem de grande número de informações científicas de interêsse imediato para o estudo das florestas, tais como identificação e classificação botânica das essências. De outro lado, reconhece que as pesquisas sôbre as quais deve essencialmente a exploração das florestas, tais como as relativas ao crescimento das diferentes essências e ao comportamento das associações vegetativas que as compõem se iniciaram, apenas, em poucas regiões.

A Conferência considera, por conseguinte, que uma das tarefas mais urgentes de um Serviço Florestal consiste em empreender pesquisas dessa natureza.

Considera que, por motivo de grande diversidade das condições locais, seria de interêsse a criação de Hôrtas Florestais ou Estações Experimentais, dependentes dos aludidos serviços,

Engenheiro Agrônomo e Silvicultor — Professor CEPERN — U. F. R. R. J., Rio de Janeiro --- GB.

distribuídos em maior número de localidades, escolhidas convenientemente, devendo-se convir que uma cooperação nesse terreno, entre os países, poderia evitar multiplicidade de esfor-

ÇOS.

A Conferência recomenda — Encarecer a tôdas as nações da América Latina que organizem um programa de pesquisas florestais, cuja relaização, dividida entre o maior número possível de localidades, se efetue com a supervisão do Serviço Florestal de cada país, devendo seus resultados ser levados a um instituto central, para a sua divulgação posterior.

Formação do pessoal florestal — Considera a Conferência que a defesa do patrimônio florestal da América Latina e seu racional aproveitamento dependem da importância e do elevado nível que as nações venham a emprestar à educação florestal em seus diferentes graus de especialização: Engenheiros Agrônomos e Silvicultures, Peritos Florestais, Guardas Florestais,

Cursos de Divulgação, etc..

A Conferência recomenda, como programação de ação imediata — A criação de Escolas de Silvicultura, de grau universitário, para formação de Engenheiros Silvicultores capazes de realizarem trabalhos de direção, de política florestal, de exploração, etc..

O 1.º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em setembro de 1953, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sugeriu "a criação de um dispositivo legal instituído como obrigatório o ensino de nocões de silvicultura, nos currículos dos Cursos Primários e Secundários das escolas do país, inclusive idéias redumentares nos Jardins de Infância, da maneira pela qual os membros do 1.º Congresso Florestal Brasileiro houveram por bem determinar.

Outra recomendação do referido congresso está assim redigida: "Que sejam criados, pelo Poder Executivo, Centros de Pesquisas e Ensino Florestal, no molde do que existe já planejado pela FAO, para a América Latina, nas várias regiões florestais de importância econômica do país.'

Outro documento — Resolução n.º 45 "Considerando a escassez de técnicos florestais, por não existir uma escola especializada", propõe: "a decretação de uma lei criando a Escola Nacional de Floresas nos moldes das Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, como parte integrante da Universidade Rural, no Km. 47."

Por fim, a Resolução n.º 58 sugere: "A criação de Centros de Estudos, Pesquisas e Treinamento, para a formacão de técnicos planejadores e executores da exploração racional das florestas.'

Na Reunião do Itatiaia, realizada nos dias 14, 15 e 16 de julho de 1957, foram formuladas várias recomendações e uma delas está assim redigida: Providências imediatas devem ser tomadas em favor da criação de cursos para a formação de Engenheiros Florestais."

O Conselho Florestal Federal, criado em 1934, fez várias tentativas no sentido de criar uma escola de silvi-

cultura no país.

Já foi dito, e com muita precisão, por destacadas autoridades em assuntcs florestais, que o problema florestal brasileiro sempre estêve e ainda está intimamente ligado à própria economia do país, afetando sua sobrevivência física e moral.

"A dificuldade que encontravam e ainda encontram os podêres públicos para regular a exploração de nossas reservas florestais, a demora de se porem em prática as poucas medidas existentes para sua proteção, o consumo exagerado de combustíveis vegetais, juntamente com o progresso da indústria madeireira e siderúrgica nacional, tudo isso resultou na extinção quase total das mencionadas reservas, trazendo-nos um cortejo fúnebre de grandes consequências, que já viemos sentindo com bastante intensidade: a perda do solo útil, a redução do volume dos mananciais, as modificações dos microclimas, etc..

'Estas considerações têm relevante importância para nós, pois revelam o perigo que corremos e o destino que nos espera, caso não ponhamos côbro à insensatez das explorações e à maneira de fazermos a agricultura de queimadas.

"Esse desmatamento desordenado já está ocasionando a destruição da vida animal, a poluição das águas, a inutilização das bacias de rios e lagos, a modificação do meio, o ressecamento dos solos e o empobrecimento geral da terra

Essa influência física da floresta é tão poderosa quanto a influência social. Destruído o solo, que é o que mais sofre em nosso país já pela sua origem geológica, já pela sua natureza topográfica, a vida humana se torna difícil ou quase impossível.

"Infelizmente, os esforços empregados no sentido de uma recuperação florestal não têm atingido a intensidade que era de desejar. Por isso mesmo, são tremendas as responsabilidades e árdua a tarefa daqueles que têm sôbre seus ombros os graves encargos de encarar êste complexo problema, dando-lhe feições mais práticas e eficientes."

Em 1959, o Exmo. Sr. Presidente da República determinou ao Sr. Ministro da Agricultura que constituísse um Grupo de Trabalho, com a finalidade de apresentar um plano técnico capaz de equacionar o problema florestal do país

Esse Grupo de Trabalhos formulou várias sugestões consideradas como "bases fundamentais da política florestal brasileira, para que, no futuro, se pudesse evoluir no sentido de um plano florestal de trabalho condizente com as reais necessidades brasileiras", reconhecendo, porém, que havia "uma carência impressionante de técnicos florestais do país."

Dentre as sugestões apresentadas pelo Grupo de Trabalho, acima referido, merece destaque o que segue:

Criação da Escola Nacional de Florestas — No problema da formação profissional reside a grave falha da administração pública brasileira quanto à preparação de elementos capacitados a darem corpo permanente, continuidade e segurança ao manejo dos recursos florestais."

E logo adiante:

No ano de 1958, dos 78.659 estu-

dantes de cursos superiores, com um têrço dos quais gastava o Brasil mais de Cr\$ 100.000,00 por aluno-ano, só 1.274 frequentavam escolas de Agronomia, centros de ensino onde, sem a suficiência desejada aprendem um pouco da ciência florestal os jovens brasileiros. Enquanto tínhamos, naquele ano, 45 Faculdades de Filosofia, 40 de Direito, 37 de Ciências Econô micas, 22 de Serviço Social, 31 de Enfermagem, 12 de Agronomia e 9 de Veterinária, não possuíamos sequer um curso para formação de florestais. Neste particular o Brasil se colocava como caudatário absoluto em tôda a América, de vez que, sendo líder territorial, industrial, demográfico e cultural, era o único país que não tinha escola para formar, treinar e habilitar profissionais destinados às tarefas específicas, de resultados só auferidos a longo prazo, como os da administracão, desenvolvimento e conservação do patrimônio florestal.

A enorme necessidade de florestais capacitados a manejarem as matas brasileiras de modo a torná-las produtivas, fazendo inversões recuperativas, já suporta a existência numérica dos 16.000 engenheiros agrônomos que servem à América Latina.

A experiência demonstra que, em todos os países do mundo ,o uso racional das florestas tem sido precedido da formação de técnicos especializados na organização e formulação de uma política nacional de florestas.

Formando profissionais de nível superior, capacitando no grau médio os técnicos e treinando homens para as tarefas elementares, mas básicas, a Escola pretendida é de imperiosa urgência, pois a floresta brasileira a reclama e exige para que bem possa ser usada e melhor mantida. Os estudos para a sua criação, os currículos dêsse nôvo órgão, já foram concluídos.

O Grupo de Trabalho se referia, nesse final de período, ao trabalho intitulado "Escola Nacional de Florestas, Necessidade de sua criação", por Paulo F. Souza, publicado e distribuído em 1958, pelo Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura.

Pelo que acabamos de ver, não restava a menor dúvida de que o Brasil, com suas características peculiares, dotado de um vasto patrimônio florestal, como a Amazônia; de regiões de escassa vegetação florestal, como o Nordeste e o Brasil Central — caatingas e cerrados —; de um grande parque industrial nos estados meridionais; com 17 universidades, 12 Escolas de Agronomia e 9 de Veterinária, precisava criar imediatamente uma Escola Nacional de Florestas.

Era deveras estranho, e até paradoxal, que o Brasil, com seu nome tirado de uma essência de nossa flora, e esta simbòlicamente representada no pendão auriverde — sendo constantemente proclamado por escritores e cientistas nacionais e estrangeiros como o país de extensas florestas, dotado de belíssimas e preciosas madeiras de lei, não se tivesse interessado, até aquela data, pela criação de uma escola para o ensino racional das ciências florestais. O Brasil era o único país de ensino superior que ainda não possuía uma Escola Nacional de Florestas.

Criação da Escola Nacional de Florestas — Pela Portaria n.º 193, de 16 de fevereiro de 1960, do Sr. Ministro da Agricultura daquela época, Dr. Mário Meneghetti, de comum acôrdo com o Ministro de Educação Dr. Clóvis Salgado, foi designada a seguinte comissão:

Agrônomo Silvicultor, classe N, PAULO FERREIRA DE SOUZA, aposentado do Ministério de Agricultura, e o Agrônomo classe K, EZEQUIAS PAULO HERINGER, Administrador do Hôrto Florestal de Paraopeba, como representantes do Ministério da Agricultura: o Chefe de Contrôle da Comissão Supervisora de Plano de Institutos, WILSON CERQUEIRA, como representante do Ministério da Educação e Cultura; o Consultor Jurídico da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, DARCY BESSONE e o Professor da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, CARLOS SOCIAS SCHLOTTFELDT, como representante da UREMG para sob a presidência do primeiro, constituírem uma comissão

encarregada de redigir, dentro do prazo de 10 dias: 1.º -- minuta de convênio a ser assinado entre o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação e Cultura, e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, visando a criação da Escola Nacional de Florestas; 2.0 — minuta de organizacão da Escola Nacional de Florestas, inclusive previsão de tôdas as despesas; 3.° — minuta do decreto de criação da Escola Nacional de Florestas e da Exposição de Motivos propondo à Presidência da República a criação do referido órgão. A portaria acima referida foi publicada no Diário Oficial n.º 42, de 19-2-1960.

Reuniões da comissão — Ata n.º 1 — 18 de fevereiro de 1960; Ata n.º 2 — dia 19-2-60; Ata n.º 3 — dia 22 de fevereiro de 1960; Ata n.º 4 — dia 24 de fevereiro de 1960 e Ata n.º 5, dia 25 de fevereiro de 1960.

Pedido de Assistência Técnica ao Fundo Especial das Nações Unidas — Em maio de 1960, achavam-se reunidos, no Rio de Janeiro, em amistosa troca de idéias sôbre a recém-criada Escola Nacional de Florestas, o Dr. David de Azambuja, Diretor do Serviço Florestal, Henry Chauvin, da FAO, e Paulo Ferreira de Souza, quando foi aventada a idéia da criação de um grupo de trabalho para estudo e formulação de um pedido de assistência técnica e financeira a ser encaminhado pelo govêrno brasileiro ao Fundo Especial das Nações Unidas.

Para concretizar êsse objetivo, foi convocada uma reunião preparatória, sem caráter oficial, que se realizou às 9 horas da manhã do dia 24 de maio de 1960, na sede do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, visando a formulação de um pedido de auxílio ao Fundo Especial das Nações Unidas, para ensino e pesquisa.

## Conclusões: —

1 — Há muitos anos que o Brasil sentia necessidade de criação da Escola Nacional de Florestas, conforme se vê do Histórico dêste relatório.

2 — Pela Portaria n.º 193, de 16 de fevereiro de 1960, do Sr. Ministro da Agricultura, foi designada uma co missão encarregada de redigir os documentos necessários à criação da Escola, conforme publicação constante do D. O. n.º 42, de 19-2-60.

3 — O Decreto de criação da Escola Nacional de Florestas tem o n.º . . . 42 247, de 30 de maio de 1960, e foi publicado no D. O. n.º 139, de 20-6-1960, pág. 9.262 e 9.263.

(O Decreto original, que se extraviou com a mudança da Capital para Brasília, foi assinado, solenemente, em Belo Horizonte, no dia 4 de março de 1960).

4 — O têrmo de convênio celebrado entre o M. A., o da Educação e Cultura e a UREMG, para regular o emprêgo de recursos concedidos pelos dois primeiros e destinados à auxiliar a criação, a instalação, o equipamento o funcionamento e a expansão da ENF., devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, foi publicado no D. O. n.º 64, de 18 de março de 1960, págs. 4.877 e 4.878.

5 — A ENF entrou em funcionamento no dia 11 de março de 1960, sob a orientação do Diretor da Escola Superior de Agricultura, de Viçosa.

6 — Em abril foi publicado Edital — abrindo inscrições para o vestibular ou concurso de Habilitação, para o 1.º ano da ENF, e inscreveram-se; 53 candidatos.

7 — Foram mencionados os professores componentes das bancas examinadoras das diversas disciplinas do Concurso de Habilitação, em 1960.

8 — A primeira aula da ENF foi proferida no dia 10 de maio de 1960, pelo Prof. Mário Del Giudice, versando sôbre Física Agrícola.

9 — Em junho de 1960 foi iniciada a construção do dormitório, com capacidade para 96 alunos da ENF.

10 — O prédio-Sede, com salas de aula, anfiteatro, museu, laboratórios, serviços administrativos, gabinetes de professôres e pesquisadores, necessita de um refôrço de verba de Cr\$ ... 60.000.000,00, a fim de que a Escola disponha de instalações condignas, isto é, à altura dos objetivos que se propõe a atingir.

11 — Um pedido pormenorizado de Assistência Técnica, feito eplo Minis-

tério da Agricultura ao Fundo Especial das Nações Unidas, por intermédio do Ministério das Relações exteriores, mostra claramente que os técnicos solicitados devem chegar dentro de pouco tempo, para início de suas atividades, em março de 1962, quando serão ministradas as matérias especializadas, tais como: mensuração, economia florestal, aerofotogrametria, ecologia florestal, etc..

12 — Dois silvicultores americanos tiveram oportunidade de externar, oralmente e por escrito, sua ótima impressão dos trabalhos programados para a ENF.

13 — Um técnico italiano visitou o Brasil em outubro de 1960, a fim de estudar a possibilidade de concessão do auxílio solicitado pelo govêrno brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, ao Fundo Especial das Nações Unidas, para ensino e pesquisas uflorestais na ENF.

14 — O ano letivo de 1961 teve início com o Ato n.º 761, do Magnífico Reitor da UREMG, designando o Diretor da Escola Superior de Agricultura para tomar as providências necessárias à realizações do Concurso de Habilitação e funcionamento do primeiro e segundo anos da ENF.

15 — Foi publicado o devido Edital, em tempo hábil, pela UREMG, para as Escolas Superiores de Agricultura e Nacional de Florestas. Provas de 16 a 27 de fevereiro de 1961.

16 — Foram mencionadas as bancas examinadoras e nomes dos respectivos professôres.

17 — Apresentaram-se 43 candidatos, conforme a Ata.

18 — A aula inaugural, sôbre "Florestas e produtos florestais", foi proferida no dia 1.º de março de 1961, pelo Prof. Paulo Ferreira de Souza.

19 — No dia 2 de março foi baixado, pelo Magnífico Reitor da UREMG, o Ato n.º 766, designando o Professor Paulo Ferreira de Souza para organizar "A Escola Nacional de Florestas".

Viçosa, 16 de maio de 1961.

Ass - Paulo F. de Souza

Organizador da ENF — UREMG.